



# Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Marcos Alves e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1760**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Curitiba, quarta, em 21.06.95

Sala das Sessões, em 21.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1756**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do Projeto de Resolução nº 07/95 à Comissão de Constituição e Justiça, para que o autor complemente o mesmo com o memorial descritivo do perímetro urbano, e a sede do pretense município.

Sala das Sessões, em 21.06.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente requerimento tem por finalidade regulamentar o projeto de resolução em tela, delimitando com exatidão a área a ser emancipada, bem como identificar a sede do município a ser criado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**ITEM 01**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura de Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P..  
**EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J..**

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
 PROJETO DE LEI Nº 130/95**

**PARECER:**

O Projeto de Lei nº 130/95, de autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças Desaparecidas no Estado do Paraná.

Sobre o mesmo, foi interposta a presente emenda, alterando a expressão "Departamento", por "Delegacia", razão pela qual retornou o projeto a esta Comissão de Constituição e Justiça para apreciação da aludida emenda.

Analizada sob os aspectos atinentes à legalidade e constitucionalidade, nada encontrou-se que pudesse impedir a sua apro-

Curitiba, quarta, em 21.06.95

Pág. 03

vação, valendo ressaltar que, inclusive, é meritória, por melhor adequar o pretendido órgão à estrutura organizacional da SESP. Nestas condições, nosso parecer é favorável à Emenda.

Sala das Comissões, em 20.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Toti Colaço, Rossoni, Antonio Annibelli, Walmor Trentini e Olílegivel.

Em votação o projeto, com exceção das emendas que serão apreciadas posteriormente.

Aprovado.

Emenda da C.C.J..

Aprovada.

Emenda de Plenário com parecer favorável da C.C.J.

Aprovada.

O projeto irá à 3ª discussão.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que modifica a redação do § 2º do artigo 16 da Lei nº 8.925, de 28.12.88, alterada pela Lei nº 11.017, de 28.12.94 (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 031/95

O Projeto de Lei nº 031/95 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - O § 2º, do art. 16, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 16 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, não concederá:

I - licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, exceções as embarcações, sem quitação integral do imposto:

a) dos exercícios anteriores; e,  
b) do exercício, caso tenha decorrido o prazo regulamentar para o seu pagamento, sem multa e juros.

II - transferência de veículo para outro Estado, sem quitação integral do imposto dos exercícios anteriores e do exercício corrente".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Durval Amaral, Edgard Bueno, Cleiton Kielse, Edson Silva Lino e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva interposta ao Projeto de Lei nº 031/95, visa adequar a sua redação ao § 2º, do art. 16, da Lei nº 8925/88, dispositivo que regulamenta a quitação do IPVA, quando da transferência dos veículos.

O projeto consigna o termo "...sem quitação integral do imposto vencido", em lugar de "...do imposto devido", o que, na prática determinará que, quando da transferência, mesmo tendo prazo para pagamento, o comprador do veículo teria que quitar, inclusive, o tributo referente ao exercício, contrariando, portanto, o pretendido pelo projeto.

Após uma análise mais acurada sobre a matéria, verificou-se que, de acordo com o inciso II, do art. 8º, da Lei nº 8925/88, com a redação dada pela Lei nº 11017/94, o vencimento do IPVA, será sempre no dia 1º de cada exercício, época da ocorrência do fato jurídico tributável, de acordo com o inciso IV, do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 8925/88, assim quando da transferência, mesmo não tendo decorrido o prazo regulamentar para a quitação do tributo, o IPVA do exercício terá de ser quitado, se permanecer a redação dada, originariamente, no projeto.

Com a modificação ora proposta passa-se a exigir somente o imposto que já tenha ocorrido à data regulamentar para pagamento do IPVA, evitando, desta forma, que o adquirente de um veículo tenha que antecipar o pagamento do IPVA, para transferi-lo dentro do Estado. Contudo, a exigência fica mantida, exigindo-se a antecipação de pagamento do imposto, quando a transferência se fizer para outro Estado da Federação, preservando-se, desta forma, o espírito da lei.

Assim sendo, faz-se necessária a aprovação do Projeto de Lei nº 031/95, com a redação dada na presente emenda.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

O projeto irá à 3ª Discussão.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, devidamente apoiada, nos

seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO, AO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 007/95**

Inclua-se ao Projeto de Resolução n° 07/95, o seguinte artigo:

"Art. ... - A sede do Município de Pontal do Paraná será no Balneário de Praia de Leste".

Sala das Sessões, em 21.06.95.

(a) ANGELO VANHONI

Apoiamento: Doutor Rosinha, Emerson Nero-ne, Péricles Mello e Irineu Colombo.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa identificar a sede do município a ser criado, de Pontal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um requerimento do Deputado Vanhoni, constante do expediente, solicitando o envio do projeto à C.C.J., para que seja completado o mesmo, com memorial descritivo do perímetro urbano. Em discussão o projeto. Encerrada a discussão.

O projeto retorna na sessão de segunda-feira e o requerimento foi prejudicado.

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 049/95, de autoria do Poder Executivo, que objetiva estabelecer normas pertinentes à defesa do sanitário vegetal no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. EMENDA da C.A.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 16, de 16.03.95, Mens. n° 08/95)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N° 049/95**

**P A R E C E R:**

A Mensagem Governamental em epígrafe, atende aos superiores interesses do Estado.

Analisando-a sob os aspectos legal, constitucional e de técnica legislativa, não encontramos qualquer óbice para sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,**

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**PROJETO DE LEI N° 049/95**

**P A R E C E R:**

A proposição em tela, originária da Mensagem Governamental n° 008/95, dispõe sobre normas de defesa sanitária vegetal, no Estado do Paraná.

**Curitiba, quarta, em 21.06.95**

Sob análise desta Comissão, conforme art. 38, § 8°, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, observamos algumas impropriedades de caráter formal e material, que afetam negativamente o objetivo do projeto. Portanto, para a devida adequação propomos as emendas anexas, pelas quais condicionamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

**EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA**

**PROJETO DE LEI N° 049/95**

Modifica-se:

No "caput" do art. 1°, e nos demais, da proposição em epígrafe, a expressão:

"A Defesa do Sanitarismo Vegetal"

pela

"Defesa Sanitária Vegetal".

Acresce neste art. 1°, o seguinte parágrafo único.

"Parágrafo Único: O Poder Executivo, através da SEAB, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal, entre as quais a erradicação das pragas, doenças e plantas invasoras: e destruição ou não de vegetais e partes vegetais, a critério das autoridades competentes."

Modifica-se:

Ao final do "caput" do art. 2°, a expressão:

"apropriados será efetuada pela dos órgãos oficiais de pesquisa ou por eles referendados será efetuada:"

No inciso I, do mesmo art. 2°:

"... combate e controle de pragas e/ou doenças de vegetais, partes vegetais e plantas invasoras:"

pela

"... prevenção, combate de pragas e/ou doenças vegetais e partes vegetais e controle de plantas invasoras, para os organismos quarentenários e os de importância estratégica para a agricultura paranaense:"

No "caput" do art. 4°:

"... deixarem de executar as medidas de proteção..."

pela

"... deixarem de executar as medidas de defesa sanitária vegetal, discriminadas em lei, o Estado...."

No § 5° do art. 9°:

"No caso de reincidência as multas poderão ser aplicadas em dobro"

pela

"... serão aplicadas em dobro.

Sala das Comissões, em 05.06.95."

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento: Nereu Alves de Moura e Augustinho Zucchi.

#### JUSTIFICATIVA:

A expressão defesa do sanitarismo vegetal não é a mais correta, observa-se que excetuando termo conceitual, o próprio texto utiliza a expressão sanitária para referir-se as normas de proteção ao meio ambiente e saúde humana, em sentido concreto, a exemplo do parágrafo único do art. 2º, arts. 4º, 5º e 6º. Daí a troca de conotação de Defesa do Sanitarismo Vegetal pela Defesa Sanitária Vegetal.

A mudança do art. 6º para o parágrafo único do art. 1º, acrescido dos incisos VI e VII do art. 9º, justifica-se pelo seu caráter introdutório e de continuidade da lógica estabelecida no "caput" do 1º artigo, quando determina o papel do Estado na Defesa Sanitária Vegetal. O acréscimo dos incisos VI e VII também são introdutórios e incabíveis no art. 9º, que se refere exclusivamente a penalidades, que não é caso dos referidos incisos.

No caput do art. 2º, a alteração deve-se a uma lógica de continuidade com relação ao art. 1º, já que a defesa sanitária vegetal deve ser feita pelo Estado, podendo este referendar outras pesquisas e experimentos, aproveitando-os. No inciso deste art. 2º também foi modificado para maior prevenção e defesa sanitária vegetal, como se verifica pelo texto da emenda proposta.

No art. 4º a introdução da expressão, discriminadas em lei, dá o sentido legal e concreto ao artigo, posto que as aludidas medidas devem estar dispostas em lei, e não de forma vaga e abstrata, gerando um surrealismo de necessidades e conseqüentemente justificativa para o descumprimento.

Por outro lado, quando o texto se refere a penalidades, por práticas e procedimentos incorretos, além de reincidentes, não há que se utilizar de termo facultativo, como o caso do § 5º do art. 9º, que utiliza a expressão poderão ser aplicadas as multas, dando a entender um caráter discriminatório, dependendo do autor do ato delituoso. Exige-se um termo incisivo e preciso, como o verbo: serão aplicadas.

#### EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 049/95

Suprima-se o art. 6º e os incisos VI e VII do art. 9º da proposição em tela.

Sala das Comissões, em 05.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento: Augustinho Zucchi e Nereu Moura.

#### JUSTIFICATIVA:

A redação do art. 6º foi contemplada no parágrafo único do art. 1º do presente projeto, por ser de caráter introdutório, logo melhor localizado no preâmbulo da proposição.

Os incisos VI e VII do art. 9º não tratam de penalidades, conforme aduz o "caput" do dispositivo, daí a sua deslocção para o art. 6º, constante na Emenda Modificativa Corretiva anterior.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que revoga a Lei nº 9.342, de 19 de julho de 1990, e dá outras providências. (Criação do Município de Pontal do Paraná) PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 02.05.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 145/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, tem por objetivo revogar a Lei nº 9.342, de 19 de julho de 1990, que criou, "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de Pontal do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável por entender que não existe nenhum óbice sob o aspecto legal, constitucional ou regimental para a tramitação da proposição em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/95, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública a "Comunidade do 3º Plano - CTP", com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48 de 10.05.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 161/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 161/95 do eminente Deputado Albanor Gomes, visa declarar de Utilidade Pública a Comunidade do 3º Plano - CTP, com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa.

O presente plano de lei, preenche os requisitos da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, não havendo óbices quanto ao aspecto constitucional e regimental para sua tramitação normal.

Somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 06.06.95  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTARIO - Relator

regime de comodato, àquela municipalidade, para atender o setor rodoviário municipal. Neste sentido, o presente plano visa, unicamente, legalizar a posse e a propriedade da mesma ao atual comodatário.

Sob os aspectos atinentes à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada aparenta que possa obstar sua normal tramitação, nestas condições, nosso parecer é favorável ao projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a ceder em doação o veículo marca Toyota, modelo Jipe, ano de fabricação 1977, placa AQ-4211, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, à Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 54, de 22.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 174/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo do Estado a ceder em doação o veículo marca Toyota, modelo Jipe, ano de fabricação 1977, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, para a Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, ao se deparar com o caráter autorizatório da proposição em tela, não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a tramitação da mesma.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.06.95  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a ceder em doação a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 1208, série 32C1600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, à Prefeitura do Município de Arapoti. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54, de 22.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 176/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Beto Richa, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Arapoti a motoniveladora, marca Caterpillar, modelo 1208, série 32C1600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem.

Vale salientar que a referida máquina encontra-se, já há algum tempo, cedida, em

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 017/95, de autoria dos Deputados Edson Silva Lino e Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 42, de 02.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 017/95

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução n° 017/95, de autoria dos nobres Parlamentares Edson Silva Lino e Orlando Pessuti, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu.

Acostado ao projeto encontramos: 1) O memorial descritivo da sede e do quadro urbano do pretense município, de conformidade com as delimitações apresentadas pelo Instituto Ambiental do Paraná; 2) A Certidão da Justiça Eleitoral, que comprova a suficiência de eleitores na área delimitada; 3) O abaixo-assinado com mais de 100 assinaturas com firmas reconhecidas; e, por fim, 4) Os mapas da área e da sede do futuro município.

Desta forma, por não encontrar óbices para sua normal tramitação, recebe desta relatoria o parecer favorável, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 20.06.95  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, no corpo do projeto nº 17/95 dos Deputados Edson Silva Lino e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito na área descrita, já manifestamos o nosso voto em separado na C.C.J., quando entendemos a questão, que este projeto não poderia vir à votação e pedimos a não aprovação na C.C.J..

Exatamente porque falta anexar a esse projeto uma certidão do IBGE com relação ao número de habitantes e casas na sede urbana e sobre a existência de topônimo.

Por isso votamos contrários à constitucionalidade do projeto hoje, em nome da Bancada do PT. Queremos, aqui, deixar registrado nosso voto contrário a esse projeto. Não pelo mérito do projeto mas, exatamente, porque entendemos que há vício de origem; a Comissão não deveria tê-lo acatado e deveria ter feito diligências e tomaremos esta iniciativa todas as vezes que a Comissão de Constituição e Justiça desconhecer pressupostos básicos para constitucionalidade do projeto.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na qualidade de co-autor desse projeto de lei, ao lado do Deputado Edson Silva Lino, devo prestar alguns esclarecimentos a este Plenário, principalmente em função da manifestação do Deputado Emerson Nerone.

O Distrito de Rio Branco do Ivaí, hoje apenas Rio Branco, tenta a sua emancipação política já há alguns anos. Ainda no Governo de Álvaro Dias a Assembléia Legislativa aprovou um projeto de lei que se transformou em lei, onde criou o Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado de Grandes Rios, ad referendum do plebiscito.

Naquela ocasião, quando se buscou as certidões junto ao IBGE, tivemos as dificuldades atinentes à conquista desse documento e posteriormente quando do censo de 1991 a população contada evidentemente não atingiu a 5 mil habitantes exigidos pela lei complementar, também aprovada por esta Assembléia.

Num trabalho coordenado pelo Deputado Edson Silva Lino, junto com lideranças políticas de Grandes Rios e Rosário do Ivaí e num trabalho por nós coordenado junto a lideranças de Cândido de Abreu, entendeu-se que a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, para ser efetivada não bastava apenas ser ela relativa ao Distrito de Rio Branco do Ivaí. Daí a razão de um novo projeto de resolução incorporando áreas, novas áreas de Grandes Rios, novas áreas de Rio Branco do Ivaí e também do Município de Cândido de Abreu, em especial a comunidade de Rio do Sul.

Com estas modificações feitas, com es-

ta proposta do memorial descritivo e de perímetros estabelecidos pelo IBGE e pelo Instituto Ambiental do Paraná, através da Secretaria do Meio Ambiente, a população exigida e as demais condições, requisitos para se criar o município estão atendidas nesse novo projeto de resolução apresentado por nós e pelo Deputado Edson Silva Lino.

Podemos assegurar aos Senhores Deputados que o projeto preenche todos os requisitos, tanto que a Comissão de Constituição e Justiça houve por bem aprovar o relatório do eminente Deputado Toti Colaço pela aprovação dessa autorização do plebiscito.

Neste sentido, conclamo aos Senhores Deputados que, conhecendo como conhece bem a região, o Deputado Miltinho Puppio sabe da necessidade em se criar este município e da vontade que tem a população daquela região em transformar Rio Branco do Ivaí em município, peço aos Senhores Deputados que dêem aprovação a esse projeto, que ele vem de encontro ao interesse da região e os documentos com certeza estão dentro daquilo que estabelece a lei complementar aprovada pela Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.  
Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para justificar) - Senhor Presidente, meu caro companheiro Orlando Pessuti, nosso companheiro Edson Silva Lino, a quem tenho grande respeito e carinho pela forma e conduta que tem atuado nesta Casa.

Mas toda vez que for entrar nesta Casa projeto de criação de município, enquanto não tivermos uma legislação que defina e assegure aos demais municípios do Estado do Paraná, a defesa de seus interesses, aqui votarei contra para que possamos preservar e até com certa responsabilidade possamos fazer, sim, a criação dos municípios, mas que atendam aos interesses do desenvolvimento, que atendam ao interesse da sustentação desses municípios, para que eles possam efetivamente não ser mais um penduricalho do Governo do Estado a pedir favores e não ter como sustentar a sua máquina administrativa.

É com estas razões e com esta justificativa, Senhor Presidente e nobres Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, que voto contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto aprovado, com restrições da Bancada do

PT e do Deputado que acaba de usar a tribuna.

Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1760, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado, A

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.